

# **A ZONA OESTE COMO EIXO DE EXPANSÃO URBANA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA VIDA COTIDIANA DOS MORADORES DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM SENADOR CAMARÁ<sup>1</sup>**

Patricia Nicola Menezes

## **Introdução**

O presente artigo abordou a zona oeste da cidade do Rio de Janeiro como eixo de expansão urbana para habitação de interesse social a partir das considerações do Programa Minha Casa Minha Vida- PMCMV, em Senador Camará. A relevância do tema surgiu a partir das inquietações do cotidiano de atuação profissional pela Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro como Assistente Social na etapa pós-ocupação (etapa essa em que os moradores já residem nas unidades habitacionais) do PMCMV nos condomínios Destri (moradores oriundos via sorteio) e Speranza (moradores oriundos via assentamento), tendo como recorte temporal o período de 2011 a 2013.

O presente artigo fez a opção pelo método materialista dialético de Marx, por se propor a ir além da realidade apresentada buscando desvendar as diversas contradições que se encontram para além das aparências fenomênicas, sem negá-las como dimensão do real. Dentro da tradição marxista, a dissertação elegeu as contribuições de Harvey e Lefebvre enquanto pensadores que defendem o espaço como dimensão estruturada da realidade social e o analisam a partir do pensamento de Marx, autores estes os quais o grupo de pesquisa UrbanoSS - Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas-Lefebvrianos sobre Espaço Urbano, Vida Cotidiana e Serviço Social se debruça em pesquisa.

Importante salientar que minha investigação e posterior análise foram mediadas pela minha experiência e convivência profissional junto

---

<sup>1</sup>DOI- 10.29388/978-65-81417-77-2-0-f.219-240

aos moradores a partir de diversas situações em ambos os empreendimentos, pois nosso trabalho acontecia no local de residência dessas pessoas; ou seja, eu estava imersa na vida cotidiana dos moradores desses dois condomínios.

## **I. Do Sertão Carioca a Zona Oeste**

A cidade do Rio de Janeiro sofreu um processo de urbanização intenso, sobretudo na zona oeste, a qual possuía características rurais até mesmo por volta de 1970. Contudo, a expansão da malha viária, do crescimento demográfico e a descentralização da atividade produtiva, permitiu uma progressiva expansão da cidade em direção as suas áreas periféricas.

A zona oeste, chamada então de “sertão carioca”<sup>2</sup> pelo pesquisador e escritor Magalhães Corrêa, no livro de mesmo nome sobre Jacarepaguá, desde seu início foi uma terra de latifúndios, de senhores e senhoras de engenho e fazendas, cujos limites, muitas vezes imprecisos, davam origem a conflitos.

Em 1673, é criada a Freguesia de Campo Grande, denominação atribuída no período do sistema de Sesmarias. A mesma era dotada de variados tipos de solo, o que favorecia diversos usos e distintas lavouras, estando sob o controle dos Jesuítas. Atualmente, não mais chamada de Freguesia de Campo Grande, mas sim de zona oeste, estão incluídos os bairros de Deodoro, Realengo, Padre Miguel, Bangu, Senador Camará, Campo Grande, Santíssimo, Inhoaíba e Cosmos.

Importante destacar que os Jesuítas tiveram um papel importante na cidade do Rio de Janeiro e também na zona oeste, sendo os principais responsáveis pelo desenvolvimento da engenharia como a construção de estradas, pontes, canais de irrigação, contenção de encostas e barragens para a prevenção de cheias, além da abertura de canais e a construção de diques e pontes para a regularização do rio Guandu. Os mesmos foram expulsos em 1759 por ordem do Marquês de Pombal e todas as suas propriedades foram confiscadas pela Coroa Portuguesa.

A região da zona oeste, passa a se integrar de fato à cidade do Rio de Janeiro, com os limites de hoje, a partir do Ato Adicional de 1834, que

<sup>2</sup> Sertão era a terra que ficava ao longe e começava no limite suburbano das cidades e vilas, nos lugares por onde passavam afastados lagos, rios, florestas espessas, vales cercados por montanhas. Era o desconhecido.

criava o Município Neutro ou da Corte, o que na prática separava a capital da Província do Rio de Janeiro. Com a Proclamação da República, a região se tornou a zona rural do Distrito Federal, até que em 1960, com a transferência da capital para Brasília, ela passa a ser a zona oeste da cidade do Rio de Janeiro passando por diversas transformações e tendo como principais eixos de expansão: a chegada da malha ferroviária, das fábricas, dos setores de serviço militar, além da remoção de diversas favelas.

A partir da década de 60, no governo de Carlos Frederico Werneck Lacerda (1960-1965), dá-se o início do programa de remoção das favelas e reassentamento de famílias faveladas em projeto que ora reurbanizava e recuperava algumas favelas, ora determinava a remoção para áreas próximas dos empregos e/ou para regiões servidas por linhas de transporte ou trem; ocasionando protestos e descontentamentos por parte dos moradores removidos além do surgimento de conjuntos habitacionais na zona norte e zona oeste da cidade.

Por meio do Decreto de nº 263 de 29 de dezembro de 1962, é criada a Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro - CEHAB<sup>3</sup>, com o objetivo de desenvolver a política habitacional e principalmente a erradicação de favelas, iniciando suas atividades com a construção de grandes conjuntos: Vila Aliança, em Bangu (com 2.183 unidades), Vila Esperança, em Vigário Geral (464 unidades) e Vila Kenedy em Senador Camará. Juntos, os três receberam 37 mil moradores (dos 42 mil removidos por Lacerda), vindos de 32 favelas erradicadas parcial ou totalmente.

A zona oeste, dessa forma, se transforma em um dos vetores de expansão da cidade para assentamento da população de baixa renda, recebendo camadas da população de outros bairros oriundos dos diversos processos de remoção de favelas existentes, passando a exercer um papel importante no processo de ocupação e urbanização dessa parte da cidade.

### **Senador Camará**

Após a Proclamação da República no Brasil, o atual bairro de Senador Camará permaneceu o mesmo desde 1870 até 1920. De acordo com o censo demográfico de 1872, a população na região de influência da paróquia de Nossa Senhora de Campo Grande, que incluía Senador Camará, era de 9.686 almas. Desse total, 6.882 eram

---

<sup>3</sup> Maiores informações sobre a Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.cehab.rj.gov.br/empresa/>. Acesso em: 13 maio 2021.

livres e 2.804 eram escravos. Homens eram 4.797 e mulheres 4.889. Na região, grande parte da economia ainda era voltada para o cultivo de café, laranja, mandioca, frutas diversas e outros cultiváveis, além da criação de animais.<sup>4</sup>

O bairro de Senador Camará surge no final do século XIX, a partir da fragmentação da Fazenda dos Coqueiros, atual favela da Coréia), e da Fazenda do Viegas (onde encontra-se o condomínio do MCMV e o sub bairro Jabour), sendo as famílias Viegas, Antunes Suzano e Barcelos Domingues seus primeiros fundadores.

A Fazenda do Viegas, foi sede do antigo Engenho da Lapa, fundado pelo colonizador Manuel de Souza Viegas, além de ter sido uma importante produtora de cana de açúcar e de aguardente, sendo considerada a segunda em importância na freguesia de Campo Grande; até que na virada para o século XIX começou a se destacar na produção de café. Suas lavouras se estendiam até o Lameirão (atual bairro do Santíssimo) e a Serra do Viegas, sendo atravessada pela Estrada Real de Santa Cruz (atual Avenida de Santa Cruz).

O último membro da família Viegas a ser proprietário da fazenda foi Francisco Viegas de Azevedo Teles Barreto, sendo depois vendida para a família Antunes Suzano, tendo como proprietário o Barão de Campo Grande. Na década de 1930, a antiga fazenda foi vendida em parcelas à Construtora Imobiliária Bangu, a qual loteou e urbanizou terrenos para o lado de Senador Camará, ao longo da Avenida de Santa Cruz e Estrada do Viegas, com grande parte de suas terras sendo vendidas aos irmãos Jabour, donos na época da maior exportadora de café do Brasil.

No que tange a Fazenda dos Coqueiros, em 1720 o então capitão Manuel Antunes Suzano recebeu uma Sesmaria na Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, fundando assim a então Fazenda dos Coqueiros e a do Lameirão. Após a Abolição da Escravatura e com a Proclamação da República, a fazenda foi desmembrada por meio de lotes entre os herdeiros de Manuel Antunes Suzano, seus escravos e moradores/posseiros que trabalhavam para a família. Com o passar do tempo, diversas disputas envolvendo políticos, polícia, grileiros e muita

---

<sup>4</sup> Blog Café com laranja, o qual relata o processo histórico de construção do bairro de Senador Camará. Disponível em: <https://cafecomlaranja.wixsite.com/cafecomlaranja/do-fim-do-imperio-a-republica-atual>. Acesso em: 13 maio 2021.

violência fez parte do processo de ocupação desse terreno.

Atualmente com uma população de aproximadamente 2.614.728 de moradores, a zona oeste da cidade correspondente a 41% do total da população carioca, distribuída por aproximadamente 40 bairros, que representam 70% da área territorial do município. No que tange a população, Senador Camará é composta de uma população de 105.515 mil pessoas, destas 55.093 mil mulheres e 50.422 mil homens; com uma variação de crescimento de média anual de 0,5 % (IBGE, Censo 2010).

## **II. A (re)produção desigual do espaço urbano: uma análise a partir da vida cotidiana dos moradores do PMCMV no bairro de Senador Camará**

O território também representa o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder. É no território que as desigualdades sociais tornam-se evidentes entre os cidadãos, as condições de vida entre moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença\ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidade destes mesmos serviços apresentam-se iguais. (KOGA, 2011, p. 33).

Segundo KOGA (2011), a noção de território ultrapassa o campo da geografia, sendo também utilizada pelas ciências sociais, políticas e econômicas. Assim, a noção de território se constrói a partir da relação entre o território e as pessoas que dele se utilizam, pela mediação da vida cotidiana que articula diferentes escalas da ação social e do espaço, no lugar.

O conceito de território, para Milton Santos, não é organizado somente pelo Estado, como também não está restrito às dimensões normativas e legais que delimitam fronteiras físicas, relações de poder e hierarquia entre porções do território, governos e mecanismos de gestão e planejamento do Estado. Há também o uso e apropriação do território por outros agentes, englobando relações sociais, econômicas e simbólicas, além das tensões e contradições dessas relações.

A discussão do conceito de território usado em Milton Santos terá como ponto de partida a realidade vivida por mim, enquanto uma agente do Estado experienciando a Política de Habitação por meio do PMCMV,

inserida no território de Senador Camará, por meio da relação e da participação na vida cotidiana dos moradores; cotidiano este que para Lefebvre é o lugar onde as relações sociais acontecem em seus mais variados aspectos e sentidos.

O cotidiano é um conceito chave em Lefebvre<sup>5</sup>, pois é na esfera do cotidiano que as relações sociais acontecem em seus mais variados aspectos e sentidos. A vida cotidiana se realiza de uma forma concreta a partir de um conjunto de relações que contemplam diversas ações que acontecem em espaços (a casa e a rua), em tempos determinados, onde as pessoas com sua corporeidade, sensualidade, sensibilidade, imaginação, pensamentos e ideologias, relacionam-se entre si por meio de suas atividades e práticas.

O conceito de território não será restrito a partir do Estado como agente transformador do território, mas também a partir da apropriação contraditória e desigual pelos moradores dos empreendimentos Destri e Speranza, do PMCMV, em um território já contraditório e desigual.

De acordo com a Lei 10.257 de 10 de julho de 2001 (Governo FHC), conhecida como Estatuto da Cidade, são adotados alguns instrumentos como a criação da Zona Especial de Interesse Social - ZEIS de vazios urbanos definido pelo Plano Diretor como estratégia de redução do preço do terreno e de viabilização da produção de HIS. Por meio das ZEIS, os municípios passam a reservar e a doar terrenos para as construções destinadas a população mais pobre.

Por meio de Emenda Aditiva nº 199 de 2007<sup>6</sup> do vereador Jorge Felipe (Câmara Municipal do Rio de Janeiro), foi incluso no Artigo no Título V no Capítulo II das Disposições Transitórias, a seguinte redação:

Art. – O Poder Executivo desapropriará o terreno abandonado pela Fábrica de Telhas Brasilit e dará uma finalidade social àquele vazio urbano, localizado em Senador Camará, com a implantação de um complexo social, cultural, esportivo e de lazer.

Em 18 de dezembro de 2011, sob a gestão do Secretário Municipal de Habitação Jorge Bittar, o município do Rio de Janeiro sob o

---

<sup>5</sup> Para aprofundamento indica-se a sua obra *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*.

<sup>6</sup> Emenda Aditiva de vereador municipal. Disponível em: [http://www.camara.rj.gov.br/planodiretor/pd2009/emendas\\_anteriores/195-234\\_emendas\\_jfelippe.pdf](http://www.camara.rj.gov.br/planodiretor/pd2009/emendas_anteriores/195-234_emendas_jfelippe.pdf). Acesso em: 15 fev. 2020.

comando do então Prefeito Eduardo Paes inaugura em Senador Camará um complexo do Programa Minha Casa Minha Vida, apelidado ironicamente de “Perereca” pelos moradores residentes no “Sapo”, conjunto habitacional também localizado na Avenida Santa Cruz de frente para o complexo do MCMV.

O complexo é formado por seis empreendimentos edificadas em um terreno da antiga fábrica de telhas Brasilit, do Grupo Saint Goban, que produzia ali derivados da indústria cimentícia como telhas e caixas d’água de fibrocimento, que, após decretar falência, foi desativada.

Aspecto importante a ser mencionado em relação a esse complexo diz respeito a contaminação em parte do solo do complexo fabril, sobretudo devido ao uso de insumos nocivos à saúde, como o amianto. A solução adotada pela Prefeitura, contemplou um traçado viário interligando as ruas Corte Real e Albino Paiva, ambas transversais à Avenida Santa Cruz, que permitem o acesso às escolas, praças e à reserva de arborização, sem que se faça necessário passar pelo terreno contaminado. A área contaminada não foi edificada.

O complexo formado pelos seis empreendimentos possui uma área de 100 mil m<sup>2</sup> e composto pelos condomínios: Vidal com 308 UH- Unidades Habitacionais, Taroni com 243 UH, Destri com 421 UH (ambos seleção por meio de sorteio); Speranza com 388 UH, Vaccari com 388 UH e Ayres com 453 UH (ambos seleção por meio de reassentamento) e todos contratados na primeira fase do programa.

**Figura 1- Empreendimento Bairro Senador Camará**



Fonte: Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1hOhTFcn04hv0oG5uMFUjeF3Llcg&ie=UTF8&oe=UTF8&msa=0&ll=-22.87987773114507%2C-43.48853310495031&z=17>. Acesso em: 13 maio 2021.

A partir do momento em que o poder público constrói um complexo condominial composto de 2.201 unidades habitacionais, onde cada UH em média é ocupada por uma família composta de 04 membros (média de acordo com cadastro social preenchido pela equipe social nos empreendimentos no período de 2011 a 2013), há a alteração e/ou construção de um novo território em Senador Camará.

O MCMV fora construído para uma vida normatizada e controlada, com os moradores inseridos em espaços abstratos, homogêneos e dominados como forma de redução da diferença existente. A partir do momento em que diversas famílias oriundas de diversos territórios de todo o município ocupam com seus corpos, suas identidades, histórias e culturas esses espaços, eles assumem suas contradições e são transformados por meio das relações sociais, produzindo assim, segundo Lefebvre, um novo espaço: o habitar.

O habitar transcende a moradia, pois significa viver a cidade em toda sua complexidade, significa ter acesso as políticas sociais tradicionais dedicadas a promoção do bem-estar, redução da pobreza e das desigualdades. Todas essas políticas como: educação, saúde, assistência, cultura,



lazer dentre outras; a localização de seus equipamentos, a condição de acesso, além da importância e da qualidade desses serviços ofertados criam e transformam o espaço social como possibilidade do território a ser apropriado por essas pessoas.

**Figura 2 - Pátio externo do Condomínio Destri**



**Fonte: Acervo pessoal da autora, 2011.**

Assim que os moradores se mudaram de ambos os condomínios, durante um bom tempo conversavam conosco dizendo sobre a felicidade de estarem morando em um lugar bonito, limpo, diferente de uma realidade em que viviam como morar com parentes, ou de favor, em barracos de madeira e agora moravam em um condomínio. (Relato da autora- Diário de Campo, 2011).

Segundo Koga (2011), o território traz uma carga presente marcada pela história de uma sociedade em que valores culturais, institucionais se configuram como elementos significantes na vida das pessoas. É no território que os sonhos e as ideias se concretizam. Foi no território de Senador Camará que os sonhos de muitos dos moradores oriundos de diversos bairros se tornou realidade. Esse novo espaço no condomínio Destri assume diversas formas com nomes, sobrenomes, histórias, sonhos e famílias vindas de diversos lugares da cidade, sob condições diversas, para dessa forma escrever uma nova história e/ou continuar a que já existia. Para ser mais precisa, os moradores são oriundos exatamente de 83 bairros da cidade do Rio de Janeiro e também da Baixada Fluminense.

A relação com os moradores do Speranza, foi uma relação de

mais proximidade, de calma e de mais afeto por parte deles. Me chamavam pelo nome, me chamavam para almoçar em suas casas e sempre havia um cafezinho fresco. Me viam como uma pessoa e não como uma profissional que representava simplesmente o Município. Penso que esse foi um dos fatores que facilitou as diversas atividades que realizamos juntos, que pensamos juntos e melhor, que eles realizaram sem a necessidade da minha intervenção. (Relato da autora- Diário de Campo, 2011)

**Figura 3 - Pátio externo do Condomínio Speranza**



**Fonte: Acervo pessoal da autora, 2013.**

O condomínio Speranza foi concebido para acolher famílias cujo local de moradia estava situado em áreas de risco em diversas regiões da cidade e/ou para obras de infraestrutura em exatamente 19 comunidades espalhadas pela cidade do Rio de Janeiro.

No cenário urbano territorial, existe uma tensão cada vez mais evidente entre a dinâmica da metrópole e as respostas das políticas públicas; onde nessa tensão, não há um diálogo com a dimensão cotidiana do lugar e dos lugares como uma tentativa de melhor compreender como se dá a relação entre os territórios de vivência (KOGA,2013 ) e a operacionalidade das políticas sociais.

Habitação é moradia, mas também é o seu entorno. A disponibilidade de serviços públicos e infraestrutura estão inseridas dentro dos preceitos do direito à cidade e do direito à moradia. A casa ou o

apartamento, devem estar ligados à rede de água, saneamento básico e de eletricidade; além dos serviços de saúde, educação, esporte, lazer, coleta de lixo. Todos devem estar disponíveis no bairro onde as unidades habitacionais estão localizadas.

O programa MCMV define que a infraestrutura é uma condição para se conseguir um contrato com a Caixa Econômica Federal (UN-HABITAT, 2013). O projeto é priorizado se houver existência prévia de infraestrutura na região ou se houver oferta pelos governos locais de provisão de infraestrutura para o empreendimento. A Lei n. 12.424/2011, acrescentou ao art. 5º-A da Lei n. 11.977/2009, os seguintes tópicos:

Art. 5º-A. Para a implantação de empreendimentos no âmbito do PNHU, deverão ser observados: [...] III - infraestrutura básica que inclua vias de acesso, iluminação pública e solução de esgotamento sanitário e de drenagem de águas pluviais e permita ligações domiciliares de abastecimento de água e energia elétrica; e IV - a existência ou compromisso do poder público local de instalação ou de ampliação dos equipamentos e serviços relacionados a educação, saúde, lazer e transporte público.

A zona oeste é tratada e percebida como um imenso campo a ser loteado e receber camadas da população de outras partes da cidade oriundas dos diversos processos de remoção de favelas. Em meio a esse processo de urbanização, que revela uma política de adequação da zona oeste as necessidades de outras regiões; o Estado se apresenta como um potente agente na produção do espaço urbano e de sua infraestrutura no que tange os serviços oferecidos ou não oferecidos a essa população.

A Política de Habitação não deve ser olhada de forma isolada das demais políticas e muito menos apartada da população usuária marcada por significativas desigualdades sociais e realidades contrastantes.

Os indicadores sociais exercem um papel importante na construção de instrumentos de leitura da realidade, porém ao mesmo tempo possui os seus limites quanto à representação dessa realidade, especialmente quanto à sua dinâmica interna, o seu cotidiano repleto de variações que tendem a ser homogêneas sob a forma de índices.

Em meio a isso, Koga (2013, p. 124) verbaliza que há um descompasso entre atores sociais e também entre as políticas sociais:

[...] a primeira evidência desse descompasso está no modo tradicional

de planejamento e gestão, já naturalizado em nossa sociedade, que é o das respostas ex post: primeiro se ocupa o lugar para que depois o lugar se torne habitável; primeiro se constitui em morador para depois se tornar cidadão. Esse processo ex post exige uma mobilização popular constante para que o direito de morar e acessar aos serviços sociais se torne uma realidade.

Abaixo seguem alguns indicadores sociais do território que reforcem a perspectiva de desigualdade a partir da história de vida e a análise de trajetórias da narrativa de indivíduos e trajetórias urbanas por meio do olhar específico sobre o território de Senador Camará e as relações que seus habitantes estabeleceram com ele. A precariedade de alguns serviços públicos ofertados a essa população, rebatia de forma direta no trabalho social.

O trajeto entre os condomínios e a principal avenida que cortava o bairro, avenida Santa Cruz, durava em média de 10 a 15 minutos de caminhada debaixo de um sol forte, pois a arborização ao redor dos condomínios, eram árvores recém-plantadas. Em menos de dois meses, já havia em funcionamento ao redor dos condomínios o serviço de transporte como: moto táxi e vans que transportavam os moradores. (Relato da Autora- Diário de Campo, 2011).

Um dos principais objetivos das políticas de transporte é o de justamente facilitar o acesso das pessoas a atividades e destinos diversos, tornando dessa forma a acessibilidade como central para se planejar e avaliar tal política por esta perpassar e articular com questões econômicas, sociais e ambientais.

Muitos dos moradores do Destri e Speranza mantiveram seus espaços de trabalho nos lugares que já exerciam suas atividades laborativas independente da mudança de endereço e a grande maioria utilizava o trem como meio de transporte mais ágil e barato para locomoção para o campo de trabalho.

Durante entrevista com os moradores oriundos do Sítio do Nera, os mesmos relatavam que viviam em barracos, sem saneamento básico, sem água encanada, muitos em barracos de madeira com roedores transitando livremente pelo local, sem contar a violência. Mesmo em meio a essa situação, muitos desses moradores venderam, trocaram ou alugaram suas UH e retornaram para suas comunidades de origem, alegando que devido à proximidade com o CEASA, podiam pegar leguminosas, hortaliças, verduras e frutas do lixo, além de não

pagarem contas de luz, água e taxa de condomínio. (Relato da autora-Diário de Campo, 2011).

Segundo dados do Instituto Pereira Passos (2010), Senador Camará apresenta uma renda per capita no valor de R\$ 251,09. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (2017), Senador Camará apresenta 3.352 empregos formais, dentre os quais a maioria encontra-se no comércio varejista, seguido pelo setor de serviços e alimentação, administração de imóveis, setor de ensino, transporte e comunicação.

Em uma visita realizada a uma moradora do Destri, me deparei com a casa sem nenhum móvel, havendo apenas um colchão. No momento da visita, a moradora estava cozinhando arroz em uma lata com um fogaréu improvisado. (Relato da autora – Diário de Campo, 2011).

A partir da convivência com os moradores que vieram de diversos bairros pobres, localizados e/ ou próximos a favelas, pude observar que muitos destes já residiam em bairros com uma total ausência de infraestrutura e de serviços básicos por parte do Estado e que agora residiam em um novo bairro, mas também com precariedades de infraestrutura e serviços.

A pobreza metropolitana é um fenômeno crescente na América Latina. Além disso, deve-se destacar que a pobreza urbana possui características específicas, uma vez que a população nesses locais tem menor acesso a renda para o autoconsumo, além do custo de vida metropolitano ser mais elevado. Para isso, as políticas públicas, como as políticas sociais e urbanas, que acontecem no território têm um caráter primordial a desempenhar em termos de proteção social à vida, notadamente dos segmentos mais empobrecidos da classe trabalhadora que misturam as fronteiras entre superpopulação relativa e pauperismo crescente.

O que se quer destacar é que o processo de reprodução ampliada do capital, estudado e conceituado por Marx, e que é responsável também por reproduzir de forma ampliada a força de trabalho, o faz a partir do aprofundamento exponencial da precarização, da insegurança e do empobrecimento das condições de vida da classe trabalhadora. Ou seja, é no marco explicativo e histórico da produção social da riqueza e de sua apropriação privada e transformada cada vez mais em finança, que se deve compreender os conteúdos das formas fenomênicas da pobreza.

Da mesma forma, tal processo só existe a partir da sua mani-

festação espacial (território) e temporal (história). Por isso, a dimensão histórico-territorial da desigualdade social é de extrema importância para a análise das políticas sociais e habitacionais, como também para a análise das expressões urbanas da questão social.

A partir do momento em que as famílias começaram a residir nos condomínios e a levantar diversas demandas acerca das políticas públicas fragmentadas, sem intersetorialidade, sem corpo técnico suficiente, mas ali já existentes, flagram os limites da própria fragmentação da vida social subjacente às ações do Estado através do PMVMV. Nesse contexto, os usos do território de Senador Camará pelos moradores dos conjuntos habitacionais analisados, a partir de suas necessidades, concepções de mundo, desejos e desigualdades profundas manifestadas no corpo e na subjetividade, observando os termos de Koga (2011), devem passar a ser compreendidos pelas políticas públicas como elementos centrais que definem o próprio sentido vivo do território.

Nesse sentido, famílias ou indivíduos da população agora residente nessa localidade, através das cotidianas ações e insatisfações manifestadas a partir do seu lugar da moradia, expõe a importância de não serem reduzidas apenas às “necessidades básicas” saciadas ou reprimidas. Sua fala e sua ação evidenciam a importância de pensá-las como formas concretas e cotidianas do território usado a partir das suas contradições, conflitos e horizontes possíveis de justiça.

Evidencia-se que o PMCMV se afastou de diretrizes urbanísticas constantes na política habitacional, instituídas pela Lei 11.124/2005 - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) - e pelo Plano Nacional de Habitação (PlanHab), lançado em 2009 (BONDUKI, 2009). As normas que orientam sua implementação não foram pautadas pelas estratégias de enfrentamento do déficit habitacional contidas na política de habitação, mas sim por uma lógica atrelada por meio de relações de mercado entendida como uma oportunidade de negócio para empresas privadas.

### **Considerações Finais**

De um total de 286.890 UH contratadas em todo o Estado do Rio de Janeiro, para todas as faixas, foram entregues um total de 180.168

UH (a faixa 1,5 não foi contabilizada nesse total, pois contabiliza apenas 4.797 unidades entregues) distribuídas pelas faixas I, II e III. Foram entregues na faixa I 88.462 UH, na faixa II 64.233 UH e na faixa III 27.473 UH; tendo no ano de 2013 (segundo mandato do governo Lula) o ápice de contratações com 50.867 UH. E também com um ápice de entregas em 2016(governo Dilma) com 34.413 UH entregues no Estado do Rio de Janeiro.

Tais dados apresentados convergem para o que a literatura já nos apresenta: que o PMCMV foi pensado inicialmente pelo governo federal como uma decisão política de apoio à produção imobiliária para faixas salariais que historicamente encontravam-se “fora do mercado” sendo uma população com renda de até três salários-mínimos (Faixa I), responsável por grande parte do déficit habitacional brasileiro segundo a Fundação João Pinheiro.

Se faz importante salientar que o Município do Rio de Janeiro foi o que mais recebeu UH em todo o Estado. Segundo dados da Assessoria de Comunicação do Ministério do Desenvolvimento Regional, no período de 2009 a 2019, foram contratadas pelo Estado do Rio de Janeiro um total de 286.890 UH (57%). Desse total, 109.100 UH (22%) foram contratadas para o município do RJ e apenas 71. 100 UH (14%) foram entregues. Dessas 32.729 UH (7%) foram entregues para faixa I.

A expansão da cidade rumo à zona oeste “líder absoluta da cobiça das empreiteiras” representa um modelo exaurido e insustentável de desenvolvimento. Segundo o presidente regional do Instituto de Arquitetos do Brasil<sup>7</sup>, de 1960 a 2000, a população do Rio de Janeiro cresceu 83%, passando de 3 milhões para 5,6 milhões, enquanto a área urbanizada cresceu 222 %, passando de 180 para 580 quilômetros quadrados, gerando dessa forma alguns problemas de acesso para seus moradores como a dificuldade de universalização de serviços como o saneamento básico e infraestrutura.

A disponibilidade de terrenos nesta área, vetor de expansão para setores populares, e a precariedade de serviços, com impacto no preço da terra, justificam o grande número de unidades construídas nesta parte da

<sup>7</sup> Reportagem online acerca da expansão urbana para a zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/modelo-de-expansao-urbana-para-zona-oeste-criticado-por-especialistas-10351609>. Acesso em 14 maio 2021.

cidade pelo PMCMV, além dos benefícios concedidos pelo poder público municipal incentivarem a produção de habitação de interesse social neste local da cidade.

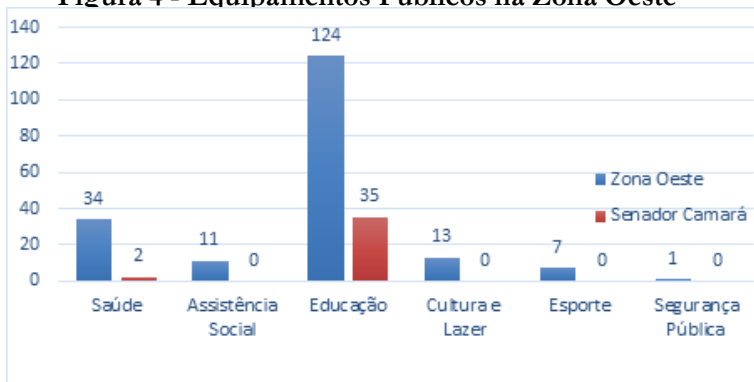
Dessa forma, o PMCMV reitera uma série de características do processo de urbanização marcado historicamente pela segregação socioespacial, reforçando a lógica de que o lugar dos pobres e da população de baixa renda é nos lugares afastados, com um tecido urbano fragmentado, com carência de infraestrutura, de equipamentos, de serviços públicos e de empregos.

A política habitacional desempenhou historicamente um papel central na consolidação do modelo urbano dessas regiões metropolitanas, assim como na reprodução de seu padrão de segregação socioespacial. A construção de grandes conjuntos habitacionais em áreas periféricas onde a terra é mais barata, contribuiu substancialmente para impulsionar o estabelecimento de uma divisão territorial entre ricos e pobres.

Importante destacar que esse crescimento da cidade para a região da zona oeste segue acompanhada da ausência de infraestrutura adequada e equipamentos públicos de Interesse Social, além de investimentos por parte do Estado em serviços e infraestrutura, resultando na desigualdade do acesso à direitos básicos de serviços públicos, no acesso à cidade, na forma como dela se apropria e dela participa.

Tal afirmação, pode ser constatada a partir do levantamento dos equipamentos públicos existentes no território de Senador Camará.

**Figura 4 - Equipamentos Públicos na Zona Oeste**



Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Elaborado pelo autor, 2020.



Tais dados nos apresentam que a zona oeste da cidade do Rio de Janeiro é uma área que apesar de ter 41 % da população nela residindo, apresenta grandes déficits de serviços públicos e infraestrutura conforme nos apresenta a figura acima com uma disparidade nos serviços públicos. Se tomarmos como exemplo a população de Senador Camará a qual é composta por 105.515 mil e que destes 55.093 são mulheres, nos causa estranheza pensar que nessa região não há uma Delegacia voltada para atendimento à mulher vítima de violência.

Se pensarmos que uma parcela das UH são voltadas para pessoas portadoras de algum tipo de transtorno físico ou mental, além de todo o primeiro andar dessas UH serem destinadas a população maior de 60 anos, os equipamentos públicos compilados na figura acima nos causam estranheza, já que no território de Senador Camará não há nenhum serviço/equipamento que atenda a essa população específica.

Segundo Koga (2013), no território existe cada vez mais uma tensão clara e evidente entre a dinâmica da metrópole e as respostas das políticas públicas, associadas aos diferentes agenciamentos presentes nesses territórios e ainda, com um não diálogo com a dimensão cotidiana com a população residente naquele lugar, pois a vida cotidiana possui um ritmo e a vida institucional possui outro ritmo.

Uma das primeiras reuniões no condomínio foi marcada em um dia de semana na parte da manhã. Para meu espanto, ao menos na época, ninguém compareceu. Ao me questionar, percebi que os moradores ali residentes possuíam uma vida cotidiana dinâmica na qual eu precisaria entrar nesse ritmo. Passamos a nos encontrar aos sábados a partir das 10:00 horas. (Relato da autora – Diário de Campo, 2011) .

Koga (2013) nos ressalta a importância da (re)construção de uma topografia social dos territórios de vida capaz de evidenciar distâncias, desconexões, fragilidades, diferenças, desigualdades físicas e sociais. A topografia física (descrição minuciosa de um local) se faz importante, mas ela não corresponde à grandiosidade de uma topografia social de um território.

A topografia social vai muito além de sua superfície a qual se apresenta como um território de vida onde este se expressa na vida cotidiana das pessoas: possuem corpos racializados, generificados e vinculados às experiências do empobrecimento e da precarização da classe trabalhadora

em suas trajetórias biográficas, em suas contradições e em suas práticas de criação.

Por meio da topografia social, conseguimos vislumbrar a segregação das UH do PMMV dos empreendimentos Destri e Speranza, voltados para a faixa I em Senador Camará, a qual “toma fôlego” como principal expressão dessa desigualdade, no plano dos territórios vividos / usados, onde ganha importância as práticas e demandas da vida cotidiana. Senador Camará é um bairro já segregado urbanisticamente, socialmente, economicamente e com vulnerabilidades antigas como violência e pobreza; com isso se faz importante pensar que a cidade precisa ser cidade em todos os seus territórios com o fácil acesso a todas as suas políticas públicas.

É bem verdade que o Estado pode produzir políticas públicas no intuito de combater a desigualdade socioespacial, transformando a cidade mais “misturada” e menos desigual. Habitar é apropriar-se de algo, é uma atividade referente a apropriação. Significa também fazer do espaço sua obra, se apropriar dele, o entendendo também como o lugar do conflito, pois ele é um produto social que interfere no cotidiano das pessoas. A forma como ele é construída precisa ser questionada com objetivos que não priorizem a dominação e a especulação. O habitar transcende a moradia, pois significa viver a cidade em toda sua complexidade, significa ter acesso as políticas sociais tradicionais dedicadas a promoção do bem-estar, redução da pobreza e das desigualdades. Todas essas políticas como: educação, saúde, assistência, cultura, lazer dentre outras; a localização de seus equipamentos, a condição de acesso, além da importância e da qualidade desses serviços ofertados criam e transformam o espaço social como possibilidade do território a ser apropriado por essas pessoas.

Com isto, a velocidade do incremento de habitações em áreas com pouca infraestrutura urbana, associada a escassa disponibilidade de equipamentos comunitários, compromete os níveis de habitabilidade destas moradias visto que estes serviços públicos, já insuficientes para atender à população local, não suporta o acréscimo de demanda. Dessa forma, não se trata apenas de condições de vida precárias e empobrecidas, mas de práticas socioespaciais desiguais que produzem territórios de vida precários com uma expansão urbana excludente e de risco, sendo heterogêneos

em suas dinâmicas e que não se reduzem a precariedade, ou a ausência e/ou vulnerabilidade, mesmo sendo territórios de vida que anseiam melhores e mais justas condições de vida.

Fico a pensar que talvez o território de Senador Camará, e tantos outros que compõem a zona oeste da cidade e estão de forma especial na área programática 5, não possuam investimentos por parte do poder público no que tange à infraestrutura e serviços públicos, para que assim, essa lógica da valorização imobiliária e valorização da terra não aconteça nesses espaços. A permanecer o vetor de ocupação e utilização da terra e da moradia, nessa parte da cidade, através da expansão urbana da habitação de interesse social para as camadas mais pobres da população, por meio de programas de habitação de interesse social, como o Minha Casa Minha Vida faixa I; continuaremos a observar a criação de construções, mas não de cidade, de urbanidade, de múltiplas de diferentes centralidades da e na cidade. Permanecerá uma lógica de mercado, com nomes diferentes: revitalização, renovação urbana, reabilitação do espaço, requalificação de áreas, dentre outras como uma forma de vender a cidade para atrair investimentos de capitais.

## Referências

- ALENCAR, E.; SCHMIDT, S. Modelo de expansão urbana para Zona Oeste é criticado por especialistas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 out. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/modelo-de-expansao-urbana-para-zona-oeste-criticado-por-especialistas-10351609>. Acesso em: 14 de mai. 2021.
- ALTINO, L.; MAGALHÃES, L. E. Rio recebe 75 mil unidades habitacionais na última década, pouco menos de um terço do déficit de 220 mil. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 maio 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/rio-recebe-75-mil-unidades-habitacionais-na-ultima-decada-pouco-menos-de-um-terco-do-deficit-de-220-mil-23640211>. Acesso em: 13 nov. 2019.
- ALVAREZ, Isabel. Pinto. A Segregação como Conteúdo da Produção do Espaço Urbano. *In: A Cidade Contemporânea: Segregação Espacial*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016. P. 111-126.
- ARAGÃO, Thêmis Amorim; CARDOSO, Adauto. Lucio. Do Fim do

BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da Política Habitacional no Brasil. *In: O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Efeitos Territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 17-65.

ARAGÃO, Thêmis Amorim.; CARDOSO, Adalto Lucio.; JAENISCH, S. T. *In: CARDOSO, L.; ARAGÃO, T. A.; JAENISCH, S. T. (Orgs.). Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise*. Adauto. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. P. 15-48.

ARAÚJO, M.; CORTADO, T. J. A Zona Oeste do Rio de Janeiro, fronteira dos estudos urbanos? **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 7-30, jan./abr. 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/USER/Downloads/29498-83355-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/USER/Downloads/29498-83355-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 14 abr. 2020.

ARMAZENZINHO. **Dados do Rio**. Disponível em: <http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=9843cc37b0544b55bd5625e96411b0ee>. Acesso em: 19 fev. 2020.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Unidades Habitacionais Contratadas e Entregues no Estado do Rio de Janeiro**. Brasília, 2019.

BONDUKI, N. **Origens da Habitação Social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. **Histórico CEHAB**. Disponível em: <http://www.cehab.rj.gov.br/empresa/>. Acesso em: 13 maio 2021.

CORRÊA, Magalhães. **O Sertão Carioca**. Ed. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

**Decretos 1.185/1918; 22.626/33; 263/1962; 4.403/21, 7914/88 e 42/1969**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/>. Acesso em: 05 mar. 2020.

**Emenda Aditiva nº 199/2007**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 05 mar. 2020.

ENANPUR, **Anais do XVII Encontro Nacional da ANPUR**. São Paulo, 2017. Disponível em: [http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/%20XVII.ENANPURAnais/ST\\_Sessoes\\_Tematicas/ST%205/ST%205.1/ST%205.1-03.pdf](http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/%20XVII.ENANPURAnais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%205/ST%205.1/ST%205.1-03.pdf). Acesso em: 14 nov. 2019.

IBGE. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://>

censo2010.ibge.gov.br/resultados.html. Acesso em: 30 set. 2020.

GOOGLE MAPS. **Vista Aérea do Empreendimento bairro Senador Camará.** Rio de Janeiro: 2020. Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1hOhTFcn04hv0oG5uMFUjeF3LLcg&ie=UTF8&oe=UTF8&mas=0&ll=-22.87987773114507%2C-43.48853310495031&z=17>. Acesso em: 09 nov. 2019.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Dados de Segurança Pública.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.ispdados.rj.gov.br/>. Acesso em: 06 fev. 2018.

KOGA, Dirce. A incorporação da topografia social no processo de gestão de políticas públicas locais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. 635-654, jan. 2005. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6782>. Acesso em: 06 abr. 2020.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOGA, Dirce. São Paulo: entre tipologias territoriais e trajetórias sociais. In: SPOSATI, A.; KOGA, D. (org.). **São Paulo.** Sentidos territoriais e políticas sociais. São Paulo: Editora SENAC, 2013.

LEFEBVRE, H. **A Produção do Espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 2006. (do original: La Production de L'espace. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira Versão: Início – fev. 2006.

**Leis Federais (10.257/01, 11.124/11, 977/09, 12.424/11, 12.693/12 e Lei complementar 101/09).** Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 05 mar. 2020.

MANSUR, A. L. **O Velho Oeste Carioca: História da ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (De Deodoro a Sepetiba) do século XXI aos dias atuais.** Rio de Janeiro: Íbis Libris, 2008.

MENEZES, Patricia Nicola. Relato da Autora- Diário de Campo, 2011.

NETTO, J. P. **Introdução ao Estudo do Método de Marx.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

POPULAÇÃO. NET. **Dados Populacionais – Senador Camará.** População.net., , Disponível em: [http://populacao.net.br/populacao-senador-camara\\_rio-de-janeiro\\_rj.html](http://populacao.net.br/populacao-senador-camara_rio-de-janeiro_rj.html). Acesso em: 7 mar. 2020.

SANTOS, Milton. O Território e o Saber Local: algumas categorias de

análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, p. 15-26, dezembro de 1999.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS. Portal Diagnóstico Socioterritorial Participativo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS. Dados Estatísticos da Zona Oeste. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://siurb.rio/portal/apps/sites/#/diagnostico-smasdh/pages/diagnostico>. Acesso em: 5 mar. 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS. Dados **Estatísticos Região Administrativa XVII- Bangu**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://siurb.rio/portal/apps/sites/#/diagnostico-smasdh/pages/casdh8>. Acesso em: 6 mar. 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS. **Rede de Assistência Social**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://siurb.rio/portal/apps/sites/#/diagnostico-smasdh/pages/casdh8>. Acesso em: 05 de mar. 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **Equipamentos Públicos de Cultura**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smc/conheca-a-secretaria>. Acesso em: 09 mar. 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. **Unidades de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sms>. Acesso em: 09 mar. 2020.

TORRES, Haroldo. Políticas Sociais e território: uma abordagem metropolitana. *In*: MARQUES, Eduardo.; TORRES, Haroldo (Org.). São Paulo: Segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Editora Senac, 2005. p.297-314.

UN-HABITAT. **Scaling-up Affordable Housing Supply In Brazil: The 'My House My Life' Programme. Nairobi, 2013. United Nations Human Settlements Programme**. Disponível em: <https://unhabitat.org/scaling-up-affordable-housing-supply-in-brazil>. Acesso em: 11 fev. 2020.

VASCONCELOS, José. Mauro de. **Fazenda do Viegas: sua história**. Grêmio Literário. Bangu, Rio de Janeiro. Abr. 1995.